

A GUERRA SINO-INDIANA DE 1962: CONTORNOS DE UM CONFLITO INEVITÁVEL

Shu Changsheng*
Antonio Bezerra Menezes Jr.**

RESUMO

As pesquisas recentes revelam que a guerra sino-indiana de 1962 foi uma consequência de muitos jogos das políticas internas tanto na Índia como na China. Pelo lado indiano, a *perda* do Tibete para a China em 1950; o fracasso e a consequente fuga de Dalai Lama para a Índia; e os conflitos nas fronteiras sino-indianas em 1959 contribuíram para inflamar a opinião pública indiana, que obrigou Nova Delhi a adotar uma política de linha dura em relação a Beijing. Pelo lado da China, recém-libertada do jugo político do imperialismo, o governo comunista seguiu uma linha realista na questão da soberania territorial. Beijing não adotou *irridentismo*, ao contrário, procurou resolver as disputas territoriais por meio de negociação. Na medida em que Nova Delhi recusou categoricamente qualquer possibilidade de negociação e ainda mandou suas tropas expulsarem o exército chinês, Beijing percebeu que a Guerra entre os dois países era inevitável, a fim de defender interesses estratégicos de seu país. Portanto, sob a égide de Mao, Beijing resolveu lançar um contra-ataque para *ensinar os indianos uma dura lição* e estabelecer de uma vez por todas uma paz (ou melhor, uma *trégua*) que duraria no mínimo trinta anos, segundo Mao. A vitória esmagadora da China sobre a Índia abriu caminho para Mao reassumir o comando e implantar suas políticas radicais, o que conduziu o país a uma catastrófica Revolução Cultural (1966-1969) e jogou toda a nação num estado de guerra civil.

Palavras-chave: Questão do Tibete. Disputas das Fronteiras. Políticas Internas. Guerra Sino-Indiana.

* É Professor Doutor em Literatura Moderna Chinesa do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduação em Língua e Literatura Inglesa pela Universidade Fudan (1989), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2002) e mestrado em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1998). Contato: shu@usp.br

** Graduação em Letras com habilitação em Língua e Literatura Chinesa pela Universidade de São Paulo (1992) onde foi aluno dos professores Sun Chia Chin e Mario Bruno Sproviero. Também estudou Cerimônia do Chá com o mestre Sokey Hayashi da Escola Urasenke, na Casa de Cultura Japonesa da USP (1988-1996). Atualmente é professor da área de Língua e Literatura Chinesa do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo. Contato: antonio.menezes@usp.br

THE 1962 SINO-INDIAN WAR: OUTLINES OF AN INEVITABLE CONFLICT

ABSTRACT

Recent researches show that the Sino-Indian War of 1962 was a result of many internal political interactions both in India and in China. On the Indian side, the loss of Tibet to China in 1950; the failure and the subsequent escape of Dalai Lama to India; and conflicts in Sino-Indian borders in 1959 contributed to inflame the Indian public opinion that had forced New Delhi to take a hard-line policy toward Beijing. On the side of China, recently released from the political shackles of imperialism, the communist government followed a realistic guideline on the issue of territorial sovereignty. Beijing did not adopt *irridentism*, instead, sought to resolve territorial disputes through negotiation. Since New Delhi categorically refused any possibility of negotiation, and besides sent its troops to expel the Chinese Army, Beijing realized that the war between the two countries was inevitable, so as to defend its strategic interests. Therefore, under the aegis of Mao, Beijing decided to launch a counter attack to “teach Indians a lesson”, and once and for all establish a peace (or rather, a truce) that would last at least 30 years, according to Mao. The overwhelming victory of China over India paved the way for Mao to resume his command and implement his radical policies that had led the country to a catastrophic Cultural Revolution (1966-1969) and plunged the entire nation into a state of civil war.

Keywords: Tibetan Issue. Border Disputes. Internal Policies. Sino-Indian War.

LA GUERRA CHINO-INDIANO DE 1962: CONTORNOS DE UN CONFLICTO INEVITABLE

RESUMEN

Investigaciones recientes demuestran que la Guerra sino-indiana de 1962 fue consecuencia de muchos juegos de las políticas internas, tanto en la India como en China. En el lado de India, la pérdida del Tíbet a China en 1950; el fracaso y la consiguiente salida del Dalai Lama a India; y el conflicto en la frontera entre China e India en 1959 contribuyó a inflamar la opinión pública india que obligó a Nueva Delhi adoptar una política de línea dura hacia Beijing. En el lado de China, recientemente libre del yugo político del imperialismo, el gobierno comunista siguió una línea realista sobre la cuestión de la soberanía territorial.

Beijing no adoptó el *irridentismo* pero buscó resolver las controversias territoriales por la negociación. En la medida en que Nueva Delhi se negó categóricamente cualquier posibilidad de negociación, y volvió a enviar a sus tropas para expulsar al ejército chino, Beijing se dio cuenta de que la guerra entre los dos países era inevitable si China quería proteger sus intereses estratégicos. Por lo tanto, bajo la égida de Mao, Pekín decidió lanzar un contraataque para enseñar a los indios una dura lección, y establecer de una vez por todas, una paz (o más bien, una tregua) que duraría al menos 30 años, de acuerdo con Mao. La completa victoria de China sobre

la India abrió el camino para Mao reanudar el comando en China e implementar sus políticas radicales que llevarían al país a una catastrófica Revolución Cultural (1966-1969) que jugó toda la nación en un estado de guerra civil.

Palabras-clave: Conflicto Tibetano. Disputas Fronterizas. Políticas Internas. Guerra Sino-Indiana.

1 INTRODUÇÃO: UMA BREVE HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS SINO-INDIANAS

A Índia é o segundo maior país vizinho da China, compartilhando 1.700 km de fronteiras. Desde os tempos remotos da história, os dois países nunca demarcaram os territórios. Nos anos entre 1959 e 1962, ocorreram crises nas fronteiras sino-indianas que resultaram nos conflitos armados entre os dois países e marcaram profundamente a história dos dois povos.

O problema tem sua origem nas questões do Tibete e envolve a linha MacMahon. Segundo Neville Maxwell (1972), ao longo do século XIX, a região montanhosa das Himalaias havia sido o foco das manobras políticas e militares entre os três impérios: os russos ao norte, os britânicos ao sul e os chineses ao leste. Os britânicos tentavam manter os russos fora das planícies da Índia e, para tal efeito, eles transformaram o Afeganistão numa zona de tampão para evitar a colisão entre os dois impérios. Eles também tentaram fazer do Tibete um Estado tampão, mas fracassaram porque a China (que mantinha o controle político-militar sobre o Tibete desde 1644 quando fundou a Dinastia Qing) recusou-se a colaborar. Em 1846, depois de tomar a região de Caxemira, os britânicos tentaram demarcar a fronteira com o Tibete até a região de Ladakh (que estava sob o controle do rajá de Caxemira, mas era considerada parte do Tibete). Mas nem o Tibete nem a China colaboraram com os britânicos, e, portanto, não houve demarcação das fronteiras entre o Tibete e a Índia. Em 1847, os britânicos exploraram a região de Aksai Chin, uma das regiões mais desoladas no mundo, sem habitação humana permanente; no entanto, era um ponto estratégico na rota comercial entre o Tibete e Xinjiang (um território chinês na Ásia Central). Temendo que os russos ocupassem Aksai Chin, os britânicos reconheceram que a região pertencia ao Tibete, em 1899.

Em 1911, eclodiu a Revolução Republicana na China, que resultou no colapso do poder central da Dinastia Manchu (1644-1911). Aproveitando o momento de fraqueza da China, o governo colonial da Índia britânica recomendou anexar Aksai Chin, mas o plano foi ignorado por Londres. Na Convenção de Simla, em 1914, Aksai Chin ficou como parte do Tibete. Até final do seu domínio na Índia, nunca houve tentativas por parte dos britânicos de exercer qualquer autoridade em Aksai Chin¹.

1 Neville Maxwell, *India's China War*. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12249475/Indias-China-War-Neville-Maxwell#page=3>>. Acesso em 2 de julho de 2012.

Na Convenção de Simla em 1914, os indo-britânicos tentaram mais uma vez transformar o Tibete num Estado tampão entre a Índia e a China e mantê-lo afastado dos russos. Sir Arthur Henry McMahon (1862-1949), secretário dos negócios exteriores da Índia britânica, chefiou a delegação britânica na conferência. Os britânicos dividiram o Tibete em duas partes, um Tibete interior (atual província chinesa de Qinghai) e um Tibete exterior (atualmente, a região autônoma de Xizang da China, com a capital em Lhasa) – da mesma forma como os russos fizeram com a Mongólia, dividindo-a em Mongólia Interior e Mongólia Exterior; a primeira ficou sob a soberania da China e a última ficou sob a proteção russa. Também decidiram que a China manteria sua tradicional *suzerânia* sobre todo o Tibete, porém Beijing perderia para a Índia britânica o seu direito administrativo sobre o chamado Tibete Exterior (Xizang, com a capital em Lhasa). O objetivo dos britânicos seria manter a China afastada das fronteiras com a Índia. Os chineses foram obrigados a participar da conferência, mas resolutamente resistiram à divisão do Tibete.

Na Convenção de Simla, McMahon obrigou os representantes tibetanos a assinar os tratados sem consultar os chineses. McMahon reconheceu que a conferência fracassou em obter um acordo tripartite entre a Índia, o Tibete e a China, porque esta última negou qualquer acordo entre o Tibete e a Índia britânica. Nessa conferência, foi criada a Linha McMahon, que era fruto de discussões secretas em Nova Delhi entre britânicos e tibetanos sem participação chinesa nem reconhecimento chinês. A Linha McMahon empurrou a fronteira indo-tibetana para 60 milhas ao norte, das encostas himalaias para a parte cresta dos Himalaias. A China sempre repudiou a Convenção de Simla e negou a validade dos mapas desenhados por McMahon. Na prática, os tibetanos também ignoraram a Linha.

Em 1919, os britânicos tentaram induzir os chineses para uma segunda negociação tripartite, mas o governo da China recusou a ideia. Em seguida, começaram a incentivar abertamente o separatismo tibetano, fornecendo ajuda militar, incluindo armas, munições e treinamento. Em 1947, no final do seu domínio sobre a Índia, os britânicos começaram a oficializar a Linha McMahon como a fronteira indo-tibetana².

2 SURGIMENTO DA CRISE: A DISPUTA POR AKSAI CHIN E A LINHA MCMAHON

Saíram os britânicos em 1947, e entrou o governo de Nehru, que herdou a linha McMahon.

De 1949 a 1957, o governo indiano mantinha a política de desenvolver uma relação de amizade e cooperação com a China. O primeiro ministro indiano Jawaharlal

2 Neville Maxwell, *India's China War*, capítulo 1, *Historical Introduction: The limites of Empires*. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12249475/Indias-China-War-Neville-Maxwell#>>. Acesso em 2 de julho de 2012.

Nehru (1889-1964) considerou a independência da Índia e das outras ex-colônias como indício do ressurgimento da Ásia como uma força política importante na arena internacional, na qual a Índia exerceria um papel de liderança. Nehru também percebeu que o ressurgimento asiático e a realização do sonho indiano como uma grande potência dependeriam da amizade e da cooperação sino-indiana. Por essa razão, Nova Delhi reconheceu a República Popular da China em 30 de dezembro de 1949. Em 1950, quando as tropas da China ocuparam o Tibete, os dois países se enfrentaram. No entanto, prevaleceram os interesses de paz e cooperação, e o governo indiano aceitou o fato de que o Tibete constituía parte integral do território chinês. Nova Delhi negociou com Beijing um acordo comercial e de transporte no Tibete, em 1954, defendendo seus privilégios políticos e econômicos na região e tentando manter um Tibete autônomo, amigável e uma zona tampão. De modo geral, as relações sino-indianas eram amigáveis.

A situação mudou, em 1959, quando o governo chinês decidiu fazer a reforma social e agrária no Tibete, o que causou uma rebelião da classe teocrática tibetana. O regime comunista chinês reprimiu os revoltosos (em consequência, Dalai Lama refugiou-se na Índia), instalou um novo governo, abolindo todos os privilégios estrangeiros naquele território. Em consequência, sofreram grande abalo os interesses geopolíticos indianos, e o governo de Nehru não priorizou mais a manutenção da amizade e cooperação com a China³.

Endureceram as atitudes de Nova Delhi na questão das fronteiras com a China. O governo de Nehru insistia que as fronteiras sino-indianas haviam sido demarcadas pela Linha de McMahon na Convenção de Simla, em 1914. Além do mais, a Índia reivindicou o território de Aksai Chin, no setor ocidental da fronteira sino-indiana, uma região controlada pela China, onde passa a estrada estratégica Tibet-Xinjiang (atual rodovia 219 da China). Tal atitude causou grandes preocupações entre os chineses.

O posicionamento chinês era de prudência quanto à questão das fronteiras sino-indianas. Logo depois da proclamação da República Popular da China, em 1949, o governo de Beijing reconheceu que todas as fronteiras da China precisavam de demarcações e negociações com um grande número de países vizinhos e, para alcançar essa meta, formulou, gradativamente, uma estratégia diplomática: não reivindicar o *irredentismo* para recuperar “as terras perdidas” pelos tratados desiguais. A China poderia aceitar as linhas de fronteiras atuais conforme a evolução histórica, mas insistia na necessidade de negociar e demarcar as novas fronteiras no espírito do “entendimento mutual e acomodação recíproca”. No que se refere à Índia, essa medida significava que ela deveria reter a maior parte do território

3 MA, Rongjiu, Análise preliminar sobre o processo de decisão do governo indiano durante os conflitos sino-indianos de 1962. Revista World Economy & Politics (em Chinês), Beijing, n. 12, 2009.

até a chamada Linha McMahon, um legado do imperialismo britânico. O Primeiro Ministro chinês Zhou Enlai sugeriu a ideia nas suas reuniões com Jawaharlal Nehru nos anos de 1950, e Beijing não previu disputa territorial com a Índia⁴.

3 OS INCIDENTES DE LONGJIU E KONGKA (1959) E A FORWARD POLICY DA ÍNDIA

Os problemas surgiram em 1958, quando Beijing foi acusado de “agressão” (um termo extremo na diplomacia) pelos indianos que haviam descoberto a presença tibetano/chinesa no setor mediano das fronteiras (perto do Nepal). Os chineses também descobriram a presença dos indianos na região de Aksai Chin – no setor ocidental das fronteiras ocupadas e reivindicadas pela China. Em Nova Delhi, depois da fuga de Dalai Lama em 1959 para a Índia, houve grande agitação da opinião pública indiana. Logo em seguida, ocorreram dois incidentes nas fronteiras que inflamaram ainda mais a imprensa da Índia, exigindo com veemência que o governo mandasse tropas para expulsar os chineses das fronteiras em disputa. Em 25 de agosto, tropas indianas e chinesas enfrentaram-se em torno de Longjiu, uma pequena vila no setor oriental das fronteiras sino-indianas, no lado chinês da Linha McMahon. Um guarda indiano foi morto. O incidente de Longjiu atçou a suspeita e a raiva do governo de Nehru e da opinião pública de Nova Delhi. O incidente também causou a preocupação da União Soviética, que mantinha tratado de amizade e cooperação com a Índia. Em outubro de 1959, a liderança chinesa foi criticada por Khrushchev, que estava visitando a China. Zhou Enlai garantiu a Khrushchev que a linha McMahon com a Índia seria mantida e os conflitos logo terminariam. Mao Zedong previu que os problemas de fronteiras com a Índia seriam resolvidos através de negociações⁵.

Maxwell apontou que a China não estava sabendo sobre as verdadeiras raízes do incidente de Longjiu. Nehru havia decidido muito antes e irrevogavelmente que a Índia nunca negociaria suas fronteiras. O incidente de Longju não era acidental, mas o resultado da política indiana que mais tarde seria conhecida como *forward policy*, um legado do Império britânico, que significa avançar as tropas indianas para ocupar todos os territórios que a Índia reivindicava. Nova Delhi tratava os territórios como *ipso facto* território indiano⁶.

Ocorreu outro conflito mais grave, em 20 de outubro de 1959, no passo de Kongka, com mortes de ambos os lados. Esse fato acirrou a opinião pública indiana e causou grande preocupação da liderança chinesa. Segundo os indianos, foram as tropas chinesas que iniciaram o ataque a uma patrulha indiana despachada para o

4 Neville Maxwell, China's India War. Disponível em: <<http://chinaindiaborderdispute.files.wordpress.com/2010/07/neville-maxwell-chinas-india-war.pdf>>. Acesso em 2 de julho, 2012.

5 Rodrick MacFarquhar, As Origens of Chinese Cultural Revolution, v. 3, The coming of Cataclism, cap. 19, War in the Himalayas and crises in Caribe. New York, Columbia University Press, 1997.

6 Idem, MacFarquhar, “War in the Himalayas and Crises in Caribe”, 1997.

passo de Kongka, na divisa Caxemira/Aksai Chin, onde nove policiais indianos foram mortos e sete foram presos.

Percebendo a gravidade do problema nas fronteiras sino-indianas, Mao Zedong convocou uma reunião com os comandantes do Exército da Libertação Popular (ELP) para tomar conhecimento das provocações dos indianos. Mao, alertado por Khrushchev de que conflitos futuros e baixas indianas poderiam agravar ainda mais o isolamento internacional da China, mandou as tropas chinesas recuarem 20 km da zona de conflito e exigiu que os indianos fizessem a mesma coisa. O governo indiano negou-se a recuar suas tropas, mas os chineses se retiraram⁷.

A China fez diversas tentativas para resolver os problemas de fronteiras com o governo indiano. Em abril de 1960, Zhou Enlai visitou Nova Delhi e propôs uma solução para as disputas fronteiriças, de acordo com a qual o governo chinês reconheceria oficialmente a Linha McMahon, em contrapartida, o governo indiano aceitaria a ocupação chinesa da região de Aksai Chin. Mas antes da reunião de cúpula sino-indiana de abril, Nehru já rejeitara categoricamente a proposta chinesa de troca-troca do território⁸. O fracasso da reunião de cúpula entre Zhou Enlai e Nehru fez os líderes chineses se convencerem de que a Índia estava determinada em se tornar um inimigo e estava provocando as hostilidades⁹.

Em meados de 1961, depois do sucesso em tomar Goa dos portugueses, a Índia resolveu renovar a política *forward policy*, usando a força militar, de forma não violenta para expulsar os chineses dos territórios em disputa. Essa política começou a ser aplicada no setor ocidental das fronteiras, isto é, na região de Aksai Chin, um ponto estratégico para a China. Os soldados indianos substituíram a polícia nas patrulhas, começaram a desafiar os postos chineses e tentaram cortar as linhas de suprimento e comunicação dos soldados que ocupavam esses postos.

Em 20 de novembro de 1961, o governo indiano mandou suas tropas ocuparem as áreas em disputa. De novembro de 1961 a março de 1962, aproveitando a decisão chinesa de paralisar as patrulhas no setor ocidental das fronteiras (como uma tentativa para diminuir a tensão na região), os indianos avançaram ao longo das áreas de 300 km de largura, ocupando os postos militares chineses construídos durante 1959 e deixados em 1960. O governo chinês protestou, em 26 de fevereiro de 1962, contra a ação militar indiana. Ao mesmo tempo, Beijing propôs, mais uma vez, a negociação das fronteiras sem pré-condição. Novamente, as propostas chinesas foram recusadas pela Índia, que insistia na prévia retirada chinesa das áreas em disputa. As tropas indianas avançavam sem parar nesse período.

7 MacFarquhar, "War in the Himalayas, Crises in the Caribe", 1997.

8 Mais precisamente, a China aceitaria a reivindicação indiana no setor oriental das fronteiras (Tawang e a linha MacMahon) e, em troca, a Índia deveria aceitar a reivindicação chinesa no setor ocidental das fronteiras (Aksai Chin). Eis a posição chinesa mantida até os dias de hoje, acerca das fronteiras sino-indianas.

9 Neville Maxwell, *China's India War*, (Maio, 2011).

4 O CONFLITO INEVITÁVEL: 1962

Diante do avanço agressivo das tropas indianas e da recusa de Nehru em negociar, o governo chinês foi obrigado a preparar-se para uma eventual operação militar. Em abril de 1962, o ELP retomou o patrulhamento e remontou alguns postos. Mao mandou as tropas chinesas enfrentarem os indianos, mas as proibiu de abrir fogo sem permissão da autoridade central. Uma vez que a Índia recusou a proposta chinesa de “coexistência pacífica”, Mao comentou que a situação seria uma espécie de “coexistência armada”¹⁰. Essa conduta marcou a mudança política chinesa de depender exclusivamente da ação diplomática para resolver as disputas.

Em 22 de maio, Zhou Enlai aprovou o plano de operação militar preparado pelo Estado-Maior do ELP e ordenou preparar-se para a guerra de tal modo a enfrentar as provocações da Índia até o final de junho de 1962. De acordo com Zhou, se os indianos ousassem abrir fogo, a China revidaria. Se começasse a guerra, a China obteria uma vitória completa, liquidando os inimigos e recuperando todos os territórios invadidos. Zhou disse que o mais urgente seria mobilizar os suprimentos, isto é, os alimentos, munições, veículos, combustíveis e equipamentos de comunicação. Ainda que se preparando para o pior, Beijing não deixou de procurar meios diplomáticos para resolver as disputas.

Em junho, tropas indianas estabeleceram um posto em Dhola, no lado sul de Thag La Ridge, situado no lado chinês da Linha McMahon. Em 23 de julho de 1962, Zhou Enlai enviou um telegrama para Chen Yi, o chefe da delegação chinesa na Conferência de Genebra para solução dos conflitos em Laos, e mandou este conversar com o chefe da delegação indiana, ministro da defesa Krishna Menon, para esclarecer a atitude chinesa diante dos problemas das fronteiras, os quais somente poderiam ser resolvidos pela negociação direta. Menon simplesmente reiterou a posição do seu governo de que as reclamações chinesas eram infundadas porque as tropas indianas estavam apenas se movimentando no território próprio. As fronteiras já estavam demarcadas claramente nos mapas da Índia. Não havia nada para negociar. Menon era descrito por Chen Yi como “arrogante”. Mais tarde, Zhou Enlai concluiu que “Nehru está realmente querendo uma guerra conosco”¹¹.

Mao ainda tentou evitar a confrontação com a Índia. Ele mandou o ELP evitar o derramamento de sangue, e essa precaução era compreensível: ao sul da China, os EUA estavam no Vietnã; ao sudeste, Chiang Kai-shek estava ameaçando invadir o continente a partir de Taiwan; ao norte, a União Soviética estava se tornando cada

10 MacFarquhar, “War in the Himalayas, Crises in the Caribe”, 1997.

11 Huang Xiangping, Qi Pengfei, “Análise preliminar sobre a resolução da crise por parte do governo chinês nos conflitos fronteiriços sino-indiano”, publicado no dia 16/12/2010, no site <http://news.ifeng.com/history/shixueyuan/detail_2010_12/16/3539451_0.shtml>. Artigo originalmente publicado na revista “Contemporary China History Studies” nº.1, 2006, Hong Kong: Editora da Revista “contemporary China history studies”, 2006.

vez mais hostil à China. Essas circunstâncias indicavam que seria necessário evitar as hostilidades com a Índia.

Em agosto, a China emitiu um protesto diplomático e começou a ocupar posições no topo de Thag La. No dia 8 de setembro, tropas chinesas tomaram o posto indiano de Dhola. Não houve troca de tiro entre os dois lados, mas Nehru falou à imprensa indiana que as forças armadas da Índia estavam com toda a liberdade para usar a força para “libertar os nossos territórios”. No dia 11 de setembro, foi decidido pelo governo indiano que “todos os postos e todas as patrulhas estão autorizadas para abrir fogo contra qualquer tropa chinesa que entre no território indiano”¹².

Percebendo que a guerra seria inevitável, Mao mandou o chefe do Estado-Maior, general Luo Ruiqing, preparar uma *guerra de autodefesa*. Nessa altura, Beijing estava apenas aguardando o tempo. Em 8 de outubro, Zhou Enlai conversou com o embaixador soviético Cherninko, falou sobre a intenção chinesa de lançar um contra-ataque, solicitou que a União Soviética exercesse sua influência sobre Nehru para que este suspendesse sua *forward policy*. Em 18 de outubro, Mao convocou uma reunião ampliada do Politburo para finalizar a decisão sobre a guerra sino-indiana. Depois de discussões, decidiu lançar uma guerra de contra-ataque. Mao disse que, ao longo dos três anos anteriores, a China tentou resolver as disputas de forma pacífica, por meio de negociação, mas a Índia não aceitou, e suas tropas avançaram cada dia mais, de forma intolerável. Mao definiu os objetivos da guerra – uma contraofensiva limitada, porém esmagadora, num âmbito controlável, para evitar uma guerra generalizada.¹³ Mao comentou que o que a China precisava não era uma vitória local, mas infligir uma derrota tão esmagadora que a Índia seria jogada para a mesa de negociação, ou, no mínimo, estabelecer uma trégua com duração de 30 anos¹⁴.

Em 20 de outubro de 1962, a China iniciou o contra-ataque. Houve uma trégua de três semanas. Em 14 de novembro, dia do aniversário de Nehru, tropas indianas lançaram ofensiva contra os chineses. Imediatamente a China contra-atacou. E, em 20 de novembro, depois de aniquilar a maioria das forças indianas nas fronteiras, Beijing declarou um cessar-fogo unilateral e retirou as tropas chinesas para a posição de 1959.¹⁵

12 <http://en.wikipedia.org/wiki/Sino-Indian_War#cite_note-Garver-2>.

13 Huang Xiangping, Qi Pengfei, “Análise preliminar sobre a resolução da crise por parte do governo chinês nos conflitos fronteiriços sino-indiano”, publicado no dia 16/12/2010, no site <http://news.ifeng.com/history/shixueyuan/detail_2010_12/16/3539451_0.shtml>.

14 Huang Xiangping, Qi Pengfei, “Análise preliminar sobre a resolução da crise por parte do governo chinês nos conflitos fronteiriços sino-indiano”, publicado no dia 16/12/2010, no site <http://news.ifeng.com/history/shixueyuan/detail_2010_12/16/3539451_0.shtml>.

15 Por maior informação sobre as baixas dos dois lados, ver <http://en.wikipedia.org/wiki/Sino-Indian_War>. Acesso 10 de maio de 2014.

5 ENVOLVIMENTO INDIANO NA QUESTÃO DO TIBETE

Outra causa da guerra entre a Índia e a China foi a ingerência indiana nos assuntos do Tibete. Na sua preparação da guerra contra a China, havia envolvimento direto do governo indiano no treinamento dos rebeldes tibetanos sob orientação da CIA. Beijing reclamou que Kalimpong (o ponto final da rota comercial tibetano-indiana ao longo do vale de Chumbi) havia-se tornado centro de comando para a rebelião armada dos tibetanos, onde atuavam muitos espíões e uma base logística para a resistência contra a ocupação chinesa do Tibete. Além dos emigrados tibetanos, os agentes da CIA e do rigme de Chiang Kai-shek também estavam envolvidos nas atividades subversivas. Existiam evidências de que os indianos apoiaram o movimento separatista tibetano. O Congresso Nacional da China acusou os “reacionários da Índia” de oferecerem ajuda às forças “feudais” do Tibete, seguindo os passos dos “imperialistas britânicos com o intuito de separar o Tibete da China.”¹⁶

Numa base secreta em Orissa da Índia, os agentes americanos, os oficiais indianos e os rebeldes tibetanos encontravam-se semanalmente para coordenar suas atividades de sabotagem e espionagem contra a China. O primeiro assalto dos exilados rebeldes tibetanos contra a China foi efetuado no segundo semestre de 1961, um ensaio antes da guerra sino-indiana em 1962. Ao mesmo tempo, o exilado Dalai Lama emprestou dezenas de milhares de refugiados tibetanos para o governo indiano para construir rodovias militares no Norte da Índia na preparação da guerra contra a China. Novos estudos revelaram que a CIA financiou e equipou com armamentos o principal movimento de resistência no interior do Tibete durante os anos de 1950 e 1960.¹⁷ B. N. Mullick, então diretor da Inteligência do governo indiano, reconheceu as atividades da CIA no Tibete, durante os anos 1950 a 1962, no seu livro *The Chinese Betrayal* (1971).¹⁸ Enquanto o governo indiano ainda guarda em sigilo os registros oficiais daquele período, não havia como confirmar o envolvimento da Índia nas operações da CIA no Tibete. Mas a China acredita que a Índia tem exercido um papel ativo e essa foi uma das razões que levou os chineses a lançar os contra-ataques para punir a Índia.

6 A ESCOLHA DO TEMPO APROPRIADO PARA O DESFECHO

Estudos dos eventos históricos sugeriram que a escolha chinesa do dia 20 de outubro 1962 para uma guerra preventiva contra a Índia coincidiu, nada acidentalmente, com a crise de mísseis em Cuba, o evento que levou o mundo à beira

16 Neville Maxwell, *China's India War*, (maio, 2011), p.17-19.

17 Kenneth J. Conboy, James Morrison. *The CIA's Secret War in Tibet*. Lawrence: Univ. of Kansas Press, 2002.

18 B.N. Mullik, *My Years with Nehru The Chinese Betrayal* (Bombay: Allied Publishers, 1971).

de destruição total.¹⁹ Enquanto as duas superpotências estavam envolvidas num duelo de vida e morte, o espaço ficou livre para a China punir a Índia sem interferência internacional. Roderick MacFarquhar enfatizou essa coincidência no seu livro.

Antes de lançar a guerra punitiva, Mao mandou avisar ao embaixador soviético em Beijing. E Moscou concordou com o plano chinês, provavelmente considerando que necessitaria o apoio chinês na questão da instalação dos mísseis soviéticos em Cuba. No dia 14 de outubro, Khrushchev deu seu apoio num jantar em homenagem ao Embaixador Liu Xiao que estava retornando para Beijing. No dia 20 de outubro, Nehru recebeu uma carta de Khrushchev na qual o líder soviético comentava sobre os relatos da intenção indiana de iniciar as hostilidades e aconselhou-o a concordar com a oferta de Zhou Enlai para negociação. Oficiais soviéticos informaram a Embaixada Indiana em Moscou de que a venda de aviões Mig-21 a Nova Delhi não poderia ser realizada. Nehru entendeu que a URSS preferiu os irmãos chineses em lugar dos amigos indianos.

No mesmo dia, as tropas chinesas iniciaram suas contraofensivas nos setores leste e oeste das fronteiras. Em 25 de outubro de 1962, a *Pravda*, agência soviética de notícias publicou um editorial, que mudou sua posição de neutralidade mantida desde 1959 e apoiou a posição chinesa, afirmando que a Linha MacMahon era ilegal e que os indianos deveriam aceitar a proposta chinesa de negociação sem pré-condição. A *Pravda* também criticou o Partido Comunista Indiano pela sua atitude de chauvinismo que traiu o internacionalismo proletário. No mesmo dia, 25 de outubro, o *Diário do Povo* da China publicou uma declaração oficial do apoio total do governo chinês e da população chinesa de 650 milhões para a União Soviética na crise de mísseis de Cuba e que o governo chinês se uniria com os países socialistas e todos os povos que fossem favoráveis à paz nas lutas contra as provocações dos imperialistas americanos.²⁰

Quando a crise de Cuba se aproximou do fim e Khrushchev concordou em retirar os mísseis soviéticos da Cuba, nem os cubanos nem os chineses estavam satisfeitos

19 Depois do fracasso americano na Baía dos Porcos, em abril de 1961, Cuba e União Soviética firmaram convênios militares, e o presidente Kennedy dos EUA estava decidido a vingar aquele desastre. Em 1962, Khrushchev decidiu implantar secretamente mísseis soviéticos em Cuba. Em 16 de outubro do mesmo ano, fotografias aéreas da CIA revelaram a existência de rampas de lançamento capazes de receber mísseis nucleares em fase de instalação na ilha de Fidel. Em 18 de outubro, Kennedy tomou conhecimento do transporte em navios soviéticos de mísseis em direção a Cuba. Perante a opinião pública em pânico, o Governo dos EUA decidiu agir com firmeza. O mundo sentia-se à beira da guerra nuclear. Kennedy ameaçou invadir Cuba ou bombardear as rampas de lançamento, mas optou por uma solução que ainda hoje perdura: o bloqueio naval à ilha, decretado a 22 de outubro. Em 26 desse mesmo mês, Khrushchev anunciou oficialmente a Kennedy que retiraria os mísseis, com a condição de que os EUA não invadiriam Cuba. A crise terminou em 28 de outubro, de 1962.

20 Feng Yun-fei, "A crise de mísseis de Cuba em 1962 e a mudança das atitudes soviéticas em relação aos conflitos sino-indianos." Revista Pesquisa e Ensino sobre a História do Partido (dangshi yanjiu yu jiaoxue), n.2, 2009, vol. 208, Beijing, China, artigo escrito em idioma chinês. Ver <<http://wenku.baidu.com/view/14ee7008763231126edb1125.html#>>

com essa política conciliatória. E Mao lançou uma passeata de cinco milhões de pessoas em apoio a Cuba. Khrushchev ficou furioso e mudou sua posição pró-chinesa. Autorizou a venda dos aviões de caças à Índia. Em consequência, a Índia declarou o estado de emergência nacional e atacou a China novamente, obrigando os chineses a lançarem mais um contra-ataque em 11 de novembro. Ao mesmo tempo, a Europa Ocidental e os Estados Unidos também começaram a traçar planos para “proteger a Índia”. Temendo a chegada do inverno no Himalaia, que cortaria a linha de suprimentos dos chineses, Mao anunciou um cessar-fogo unilateral a partir de 21 de novembro, retirando todas as tropas chinesas para trás da Linha de Controle Efetivo de 1959.²¹

Cumpramos ressaltar também que Mao autorizou a operação militar nas fronteiras contra a Índia quando teve a certeza da reprovação dos EUA de um plano de ataque de Chiang Kai-shek à China continental. Isto porque meio milhão de tropas da China havia sido mobilizado na província de Fujian, preparando para repelir um ataque massivo de Chiang Kai-shek. Beijing solicitou uma reunião de emergência sino-americana em Varsóvia, capital da Polônia, em 23 de junho de 1962, quando o embaixador Wang Bingnan alertou o embaixador John Moors Cabot sobre o apoio americano ao plano de invasão de Chiang Kai-shek partindo de Taiwan. Cabot assegurou que os EUA não apoiariam qualquer aventura militar do regime de Chiang Kai-shek. O presidente Kennedy mais tarde confirmou publicamente essa posição do governo americano. O embaixador Wang escreve em suas memórias que a declaração americana “teve grande impacto sobre as decisões políticas dentro da China.”²²

7 JUSTIFICATIVAS IDEOLÓGICAS DA GUERRA SINO-INDIANA

A *forward policy* da Índia, além de ameaçar severamente a soberania e a segurança das fronteiras da China, também obrigou os líderes chineses a abandonarem os princípios básicos da diplomacia chinesa daquele momento que era a coexistência pacífica (uma linha definida desde 1955 na Conferência de Bandung) e a retomada da militância marxista-leninista na condução da política externa.

Nos anos de 1950, quando a China e a Índia eram amigáveis, o princípio norteador da diplomacia chinesa era a teoria da “zona intermediária”, isto é, entre os Estados Unidos e a União Soviética, existia um grupo de países colonizados que sofria da opressão dos países imperialistas. Num artigo de janeiro de 1947, intitulado “Algumas questões básicas em respeito à situação internacional pós-guerra”, publicado no *Jiefang Ribao (Diário de Libertação)* de Yanan (capital do poder comunista, de

21 “Jawaharlal Nehru pleaded for US help against China in 1962”. The Times of India. 16 November 2010. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Jawaharlal_Nehru>

22 Wang Bingnan, Memorial da Diplomacia de Wang Bingnan-nove anos de negociação com os EUA. (Wang Bingnan Waijiao Huiyilu—zhongmei huitan jiuinian huigu), Beijing, China: Editora da revista World Paranoma, 1984 (inicialmente publicado na revista Shijie Zhishi (world Paranoma), nº 15,16, 17, 1984.84.

1937 a 1947), o autor Lu Dingyi, um revolucionário veterano, argumentou que, além da contradição entre os EUA e a URSS, existem outras grandes contradições dentro do mundo capitalista, entre um governo e outro, como por exemplo, entre os EUA e a China, o que refletia as contradições entre os imperialistas e os povos oprimidos. Lu Dingyi afirmou que entre os EUA e a URSS situava-se uma grande “zona intermediária” dos países capitalistas e colonizados. O antissovietismo dos EUA era uma cortina de fumaça sob a qual os EUA oprimiam os povos da Ásia, África e América Latina, especialmente aqueles aliados à União Soviética. Lu percebeu que o mundo se dividia entre os polos extremos dos “reacionários” e das “forças democráticas”. A União Soviética foi definida apenas como uma das três forças democráticas (as outras duas eram a classe do proletariado e as massas populares dos países coloniais e semicoloniais). Moscou foi aconselhado a identificar-se com as massas populares e com quem deveria formar uma Frente Única [anti-imperialista].²³

Na visão de Mao, a Índia situava-se na “zona intermediária”, definida como “um povo e um estado oprimido pelo imperialismo, liderado não pelos comunistas, mas pelos organismos e partidos nacional-burgueses”, com quem a China podia formar uma Frente Única. Mesmo depois da revolta tibetana e da fuga de Dalai Lama para a Índia, Mao diz: “quem é Nehru? Entre a esquerda e a direita, ele fica no meio campo, em posição neutra, diferenciando-se do setor da direita.”²⁴ Portanto, a abordagem de Mao seria tentar unir os indianos. Depois da escalção das disputas sino-indianas, a política antichinesa de Nehru e o sentimento antichinês que surgiram na Índia fizeram Mao repensar sobre a teoria da “zona intermediária” e modificar sua abordagem de unir com o governo indiano. Quando a Índia recusou todas as propostas chinesas de negociação e adotou a política da *forward policy*, gerando uma crise fronteiriça para o governo chinês. Em consequência, os líderes chineses e, principalmente, Mao começaram a acreditar que a Índia estava se tornando um país reacionário, e o líder indiano Nehru havia-se tornado um ultranacionalista, um reacionário e o porta-voz da Índia. Mao achou que a classe dominante da Índia, encabeçada por Nehru, provocou os conflitos nas fronteiras sino-indianas, assim como a interferência indiana nos assuntos internos do Tibete “não era isolado, era fruto de casamento entre o imperialismo [norte-americano] e os interesses dos grandes capitais e grandes proprietários da Índia. O expansionismo do grande capital indiano é uma parte fundamental da filosofia de Nehru”. “Se nós cedermos à agressão de Nehru, vamos fazê-lo de forma mais reacionária e mais arrogante ainda... não podemos ficar com a política [de acomodar com Nehru].”²⁵

23 Lu Dingyi, Jiefang Ribao, 1 de janeiro de 1947, sobre a vida e as obras de Lu Dingyi (1906-1996), ver <http://baike.baidu.com/view/162423.htm#4>.

24 MA, Tao, “As causas da Guerra sino-indiana”, Revista Guiyang Wenshi (revista de História de Guiyang), n.3, 2009.

25 MA, Tao, “As causas da Guerra sino-indiana”, Revista Guiyang Wenshi (revista de História de Guiyang), n.3, 2009.

Cabe registrar aqui também que, no meio das disputas sino-indianas, estavam as polêmicas sino-soviéticas, que mais tarde levariam à ruptura sino-soviética. A liderança soviética criticava a China pela atitude “beligerente” para com o governo nacional-burgês da Índia e apoiou o lado indiano, apesar da aliança sino-soviética. Ao mesmo tempo, o Ocidente também estava apoiando a Índia. Na visão dos líderes chineses, a Índia havia-se tornado um peão dos imperialistas [norte-americanos] e dos revisionistas [soviéticos] nas suas ofensivas contra a China. Combater o expansionismo da Índia seria igual à luta contra o imperialismo (norte-americano) e o revisionismo (soviético) e, portanto, aos olhos de Mao, a luta contra o governo de Nehru seria também uma defesa do marxismo-leninismo.

8 DIVERGÊNCIAS INTERNAS ACERCA DA POLÍTICA EXTERNA DA CHINA

No meio das disputas sino-indianas sobre as fronteiras, estavam as divergências internas no interior do Partido Comunista Chinês acerca das políticas externas. Na Conferência de Beidaihe, que começou no dia 6 de agosto de 1962, Mao adotou uma atitude mais militante, o que significou o fim da moderação na diplomacia, adotada desde 1955, depois da Conferência Afro-Asiática de Bandung. Durante o período de 1960-1961, quando a economia chinesa entrou em colapso, a política externa chinesa sob a direção de Zhou Enlai continuou seguindo a linha da co-existência pacífica definida em Bandung, em 1955.

Em 1962, Wang Jiaxiang, o veterano da revolução e Ministro do Departamento de Relações Externas do Partido, escreveu uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista Chinês, sugerindo que, em função das dificuldades sócio-econômicas, a China deveria adotar uma diplomacia moderada e reduzir a ajuda externa ao movimento internacional socialista. Mao reagiu e criticou Wang pelos “3 paz e 1 menos” (*san he yi shao*), isto é, fazer a paz com o imperialismo [norte-americano], com o revisionismo [soviético] e com a linha reacionária [supostamente representada pela linha neutra de Nehru e pelo movimento dos não alinhados orquestrado pela Índia e Iugoslávia] e menos ajuda externa para os movimentos de libertação nacional no terceiro mundo. Na opinião de Mao, a coexistência pacífica era apenas uma medida temporária; quando crescessem os movimentos de libertação nacional no mundo, tornar-se-iam inevitáveis as lutas contra o imperialismo norte-americano e contra o revisionismo soviético. Consequentemente, tornar-se-ia necessário o combate à linha neutra de Nehru da Índia, que era reacionário. Mao considerou a opinião de Wang Jiaxiang como representante de uma linha revisionista na esfera da política externa. Portanto, Kang Sheng, o chefe da polícia política de Mao, propôs o *slogan* inverso de “3 lutas e 1 mais” (*san dou yi duo*): lutar contra o imperialismo, revisionismo e contra os reacionários e mais ajuda econômica para os movimentos mundiais da libertação nacional.²⁶

26 “Sanhe yishao eWang Jiaxinag”, <http://baike.baidu.com/view/931881.htm>, acesso em 28 de abril de 2014.

Após Nehru ter rejeitado a proposta inicial de Zhou Enlai para negociar um acordo sobre as fronteiras, o *Diário do Povo*, órgão do Partido Comunista Chinês, fez uma denúncia contra o Primeiro Ministro indiano num artigo de quinze mil palavras publicado no dia 27 de outubro de 1962, com o título “Sobre a filosofia de Nehru à luz da questão da fronteira sino-indiana”. A alegação principal era que Nehru havia se tornado um mero “serviçal” do imperialismo norte-americano e servira como um peão na “campanha internacional contra a China”, uma alegação que poderia ter adquirido, um pouco mais tarde, alguma credibilidade por causa do apelo do líder hindu pedindo ajuda militar americana após o ataque chinês.²⁷

Em resumo, a proteção da soberania territorial, as divergências internas acerca da política externa e as polêmicas com a União Soviética teriam contribuído de forma decisiva para decisão da China na Guerra Sino-Indiana.

9 OBSERVAÇÕES FINAIS

O objetivo político dessa guerra *preventiva* da China não foi alcançado, e os indianos, mesmo depois de 50 anos, ainda se recusam a aceitar a proposta chinesa de negociação. No entanto, a expectativa de Mao sobre 30 anos de estabilidade nas fronteiras foi atingida. Apesar dos constantes enfrentamentos, outra guerra foi evitada. Até os dias de hoje, ainda não há um acordo sobre a “linha de controle atual”, e os conflitos nas fronteiras eram constantes, porém ambos os lados preferem manter a paz relativa.²⁸

Segundo MacFarquhar, nessa guerra preventiva, a China também teve vários ganhos: a proteção dos interesses estratégicos próprios; a derrota e a humilhação de um grande rival asiático. O apelo de Nehru pela ajuda ocidental na hora de necessidade destruiu a imagem indiana de uma nação não alinhada, baixando com isso seu *status* no bloco comunista e no Terceiro Mundo. A China, por outro lado, desfez a imagem mais recente de um país aleijado por desastres econômicos, talvez pronto para uma revolta popular e invasão externa. E o mais importante: Mao sinalizou ao campo socialista de que a bandeira da militância marxista-leninista estava levantada mais uma vez por Beijing.²⁹ Cabe apontar também que a vitória esmagadora da China sobre a Índia abriu caminho para Mao reassumir o comando da China e implantar suas políticas radicais, que conduziram o país a uma catastrófica Revolução Cultural (1966-1969). Recentemente, na Índia, começaram a surgir também vozes de autocrítica. Mohan Guruswamy, comentarista indiano de assuntos políticos e autor do livro *India-*

27 MacFarquhar, “War in the Himalayas, crisis in the Caribe”, 1997.

28 Neville Maxwell, *China’s India War*, (Maio, 2011), p.12.

29 Roderick MacFarquhar, *Origem of Chinese Cultural Revolution*. v. 3: The coming of the Cataclism 1961-1966.

China Relations: The Border Issue and Beyond, publicou um artigo no jornal *Hindustan Times (Kolkata)*, em 27 de março de 2014, intitulado “Let’s level with the Dragon”, em que fez as seguintes observações:

Nunca se deve subestimar a influência dos imperativos domésticos sobre a política externa num regime democrático. É uma característica inerente nas sociedades democráticas o fato de que poucas flexibilidades sejam permitidas para os governantes nas suas escolhas políticas. Por exemplo: Jawaharlal Nehru poderia ter aceitado a oferta de Zhou Enlai de negociar uma fronteira na base de troca do território, mas ele seria acusado de renunciar ao território ‘sagrado’ pela mídia e pela oposição. Num ambiente político altamente partidário, qualquer ‘erro político’ de Nehru seria aproveitado pela oposição para castigar o governo e vice-versa.

Naquele momento de tumultos, os jornais de Nova Delhi, acaloradamente, pediam que os chineses fossem expulsos dos territórios reivindicados pela Índia e acusavam o governo de não cumprir a sua obrigação. Dentro dessa atmosfera, os interesses políticos partidários sobrepujaram os interesses nacionais de longo prazo. Sob esse pano de fundo, Nehru foi obrigado a adotar a *forward policy*.

Segundo Mohan Guruswamy, “incidentalmente” foi emitida a ordem de “expulsar os chineses” no dia 22 de setembro de 1962, por K Raghuramiah, então ministro de Estado, no Ministério da Defesa— Raghuramiah estava na pasta da Defesa enquanto Krishna Menon estava em New York. O ministro do Exterior achou que os chineses não reagiriam e repetiu a ordem de Nehru de “expulsar os chineses”. Então, a Índia entrou na guerra.

Nos anos depois da derrota de 1962, nada tem mudado. Nós ainda não alcançamos um consenso não partidário sobre um assunto tão importante como esse. Nós ainda não entendemos a natureza real e sutil da disputa sobre as fronteiras. Parecia para nós que o país não significava mais o povo, mas apenas o território. Por que nos preocupamos tão pouco com o nosso povo, seus interesses e sua dignidade, e tanto com um deserto inabitável? (NEHRU, [1962?]).

Era possível resolver as disputas no setor oriental das fronteiras com a China segundo a linha McMahon, mas não havia possibilidade de a China nos entregar a região de Aksai Chin. Igualmente, não havia possibilidade de tomá-la da mão dos chineses por meios militares.

Ainda há muitas indicações de que os chineses vão ficar com essas linhas de controle atual. Nós ainda somos prisioneiros do nosso passado e continuamos a formar uma visão excessivamente legalista dos eventos do passado e sua herança no presente. Nós ainda estamos presos num nó feito por uma resolução parlamentar surreal que nos obriga a libertar os territórios ocupados numa região fronteira nunca definidas e deixadas por nós pelos ingleses, uma região tão inóspita onde nenhuma vida animal ou vegetal pode sobreviver. Se conseguirmos nos livrar das

restrições do passado, podemos então negociar um acordo com os chineses, cujos objetivos principais são assegurar a passagem da rodovia Xinjiang-Tibete através de Aksai Chin. Enquanto não desaparecerem as rivalidades entre os dois países, um acordo com a China nos ajuda a remover as causas das tensões frequentes que só servem para acentuar as desvantagens da nossa posição estratégica. (GURUSWAMY, [19-])

Mohan Guruswamy concluiu:

O desafio para nossa liderança [indiana] é harmonizar a realidade com sentimentos, o pragmatismo com a crença ahistórica e as aspirações nacionais com o legado imperialista. Para tanto, temos que, primeiro, livrar esse assunto tão crítico e sensível das considerações políticas partidárias. Para alcançar tal intento, temos de alinhar nosso objetivo político com as realidades militares. Então, podemos nos dar uma fronteira *natural*, com posição de força e segurança, militarmente defensável. Assim, podemos construir uma relação de amizade dourada entre os grandes países³⁰ ((GURUSWAMY, 2014).

Figura 1 – Áreas disputadas pela China e pela Índia



Fonte: Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/india-china_conflicts.htm>

30 Mohan Guruswamy, Hindustan Times (Kolkata), em 27 de março de 2014, “Let’s level with the Dragon”, <http://paper.hindustantimes.com/epaper/viewer.aspx>. Acesso 18 de abril, 2014

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, J D. *Revolutionary Diplomacy: chinese foreign policy and the united front doctrine*. [S.l.:s.n.], 1977. Especialmente Chapters 2 and 3.

BHATTACHARJEA, Mira Sinha. China's strategy for the determination and consolidation of its territorial boundaries: a preliminary investigation. *China Report*, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 397-420, Oct./Dec. 1987.

Camilleri, Joseph. *Chinese Foreign Policy: the maoist era and its aftermath*. [S.l.:s.n.], 1980.

CHANG, Luke T. *China's boundary treaties and frontier disputes*. London: Oceana Publications, 1982.

DALVI, J.D. *Himalayan Blunder: the curtain raiser to sino-indian war of 1962*. [S.l.:s.n.], 1969.

FRAVEL, M. Taylor. *Strong borders, secure nation: cooperation and conflict in China's territorial disputes*. Princeton, New Jersey, USA: Princeton University Press, 2008.

GARVER, John. China's decision for war with India in 1962. In: WIKIPEDIA: a encyclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2003. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Jawaharlal_Nehru. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20090326032121/http://www.people.fas.harvard.edu/~johnston/garver.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

GUPTA, Karunakar. *The hidden history of the sino-indian frontier*. Calcutta, India: Minerva Associates, 1974.

GURUSWAMY, Mohan; DAULET, Zorawar. *India-China relations: the border issues and beyond*. New Delhi, India: Viva Books, 2011.

HUANG, Xiangping; QI, Pengfei. Análise preliminar sobre a resolução da crise por parte do governo chinês nos conflitos fronteiriços sino-indiano, publicado em 16 dez. 2010. Artigo originalmente publicado na Revista *Contemporary China History Studies*, n.1, 2006. Disponível em: < http://news.ifeng.com/history/shixueyuan/detail_2010_12/16/3539451_0.shtml>.

LAMB, Alastair. *The China-India Border: the origins of the disputed boundaries*. [Oxford, Reino Unido]: Oxford University Press, 1964.

LIU, Xuecheng. *The sino-indian border dispute and sino-indian relations*. Lanham MD: University Press of America, 1994.

LU, Ning, *The dynamics of foreign-policy decision making in China*. Boulder, CO: Westview Press, 1997.

MA, Rongjiu, NIU, Jun. *Nehru's Boundary policy towards China: an analytic framework*. Disponível em: <http://en.cnki.com.cn/Article_en/CJFDTOTAL-LAYA201002001.htm>.

MA, Rongjiu. Análise Preliminar sobre o processo de decisão do governo indiano durante os conflitos sino-indianos de 1962. *Revista World Economy & Politics*, Beijing, n. 12, 2009. Em Chinês.

MACFARQUHAR, Roderick. *As origens da revolução cultural: the coming of Cataclism 1961-1966*. New York: Columbia University Press, 1994. v. 3.

MANKEKAR, D.R. *The guilty men of 1962*. India: Penguin Books , 2003.

MAUNG MAUNG. The Burma-China boundary settlement. *Asian Survey*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 38-43, mar. 1961.

MAXWELL, Neville. *India's China War*. London: Cape, 1972. Uma versão do livro foi disponibilizada no site. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12249475/Indias-China-War-Neville-Maxwell#page=3>> Acesso em: 2 jul. 2012.

MULLIK, B. N. *My years with nehru: the chinese betrayal*. India: Allied publishers, 1971.

MURTY, TS. *India-China boundary: India's options*. [S.L.: s.n.], 1987.

MURTY, TS. *Paths of peace: studies on sino-indian border dispute*. New Delhi, India: ABC Publishing House, 1983.

POLLACK, Jonathan; SUISHENG Zhao. *Chinese foreign policy: pragmatism and strategic behaviour*. Armonk, NY: M E Sharpe, 2003.

VERTZBERGER, Yaacov. *Misperceptions in foreign policy making: the sino-indian conflict: 1959-1962*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1984.

WANG, Gungwu. *China and the world since 1949: the impact of independence: modernity and revolution*. London: Palgrave Macmillan, 1977.